

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ROSIMEIRE TEREZA DA SILVA

EU, PROFESSORA DE CRECHE

CAMPINAS
2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ROSIMEIRE TEREZA DA SILVA

EU, PROFESSORA DE CRECHE

Memorial apresentado ao Curso de Pedagogia – Programa Especial de Formação de Professores em Exercício nos Municípios da Região Metropolitana de Campinas, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como um dos pré-requisitos para conclusão da Licenciatura em Pedagogia.

CAMPINAS
2006

Dedico este memorial a minha filha
Juliany, ao Robinson e outros
Familiars, pelos incentivos que
Não faltaram nos momentos
de dificuldades.

Agradeço a Professor Rosarinho
Pelas palavras de otimismo,
Pelo espírito de companheirismo
E pela demonstração de carinho.

“ O êxito de alguns educadores está centralmente
nesta certeza que jamais os deixa de que é
possível mudar, de que é preciso mudar, de que
preservar situações concretas de miséria
é uma imoralidade”

Paulo Freire

SUMÁRIO

Apresentação	7
Breve biografia	8
A educação no município	10
As mães de crianças de creche	12
As diversas linguagens	16
A criança de creche	18
O relacionamento com as recreacionistas	22
O desenvolvimento do trabalho pedagógico	24
Considerações finais	28
Referências bibliográficas	30

APRESENTAÇÃO

Eu entendo o medo e a preocupação que muitos educadores tem em relação à creche. Entendo porque foi exatamente o que senti quando me fizeram a proposta de assumir uma sala de mini-grupo na creche. Mas resolvi aceitar o desafio.

Neste memorial pretendo relatar minha experiência nas salas que compõem o nível de creche no município em que leciono. São elas: mini-grupo (crianças de um a dois anos) e maternal (crianças de dois a três anos).

Pretendo ainda, relatar as dificuldades que tive na relação com os pais, alunos, auxiliares da sala e o papel que cada um desempenha na formação integral da criança.

Espero que minha consideração sobre a creche possa beneficiar outros educadores, desmistificando a creche do seu caráter assistencialista e procurando estabelecer parâmetros para seu caráter educativo.

BREVE BIOGRAFIA.

Meu nome é Rosimeire Tereza da Silva. Filha caçula de Manoel e Galdina com mais três irmãos: Florismeire, Rosilene e Edílson. Nascida na cidade de Sumaré em 16 de outubro de 1976, e vivo na cidade de Hortolândia, emancipada de Sumaré há 14 anos.

Minha família mora em uma área de 900m² no centro da cidade. O espaço conta com uma casa pequena, um grande pomar, uma horta e diversas criações de animais.

A família sempre foi muito unida. Meu pai Antonio e minha mãe Galdina sempre tiveram a preocupação de nos educar e sanar todas as nossas necessidades materiais, afetivas e cognitivas.

Meu pai, nos finais de semana, se preocupava em nos ensinar o plantio de culturas agrícolas nos terrenos baldios dos arredores da casa (milho, feijão, gergelim, café, mandioca, batata-doce, amendoim, entre outras), o cuidado com a horta, o pomar e a lidar com a criação (porcos, galinhas, peixes, coelhos, porquinhos-da-índia, cachorros, tartaruga e gatos). É a vida por lá não mudou muito com o passar dos anos! É uma pena que as crianças de hoje em dia não tenham contato com esta diversidade de animais. Em seus relatos, as elas mencionam cachorros, gatos e no máximo, peixes.

Meus pais estudaram pouco e não concluíram sequer o primário. Por isso, valorizavam muito a educação e determinavam que queriam ver todos os filhos formados com um trabalho melhor do aquele que eles tiveram.

Depois de me formar na oitava série veio a dúvida: o que estudar daqui pra frente? Por absoluta falta de opção escolhi o curso de magistério.

Ingressei no curso quando tinha 14 anos de idade. Lembro-me que foi um período difícil, pois eu era a caçula da sala e tive que conviver com pessoas muito mais velhas. Meu medo era que me considerassem imatura e por isso me dediquei em dobro ao curso, garantindo não só boas notas, como também a admiração de muitos.

Formei-me em 1995 e fiquei afastada da sala de aula por três anos. No ano seguinte, 1998, recebi o convite de lecionar em uma escola particular e resolvi aceitar. A insegurança

dos primeiros dias passou logo e eu comecei a gostar do que estava fazendo. Fui me envolvendo cada vez mais e procurando fazer um bom trabalho.

Fiquei nesta escola por três anos e depois em 2000, através de concurso, ingressei na rede municipal de educação da Prefeitura Municipal de Hortolândia.

Sair de uma escola pequena e ingressar em um sistema de ensino tão amplo não foi fácil. O número de alunos aumentou de 12, na escola particular, para 35. A metodologia mudou da tradicional para a construtivista e a direção da escola que antes era democrática passou a ser rígida e autoritária. Mas, adaptar-se é pré-requisito para sobreviver e eu me adaptei.

Em 2003 ingressei no curso de pedagogia na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Em 2004 me casei, mudei de casa e nasceu minha filha Juliany.

Entre 2000 e 2005 lecionei em todos os níveis da educação infantil (jardim I, jardim II, pré-escola). Mas confesso que me identifique mais com as salas de creche (mini-grupo e maternal). É importante ressaltar que o berçário é parte integrante da creche, mas não conta com a inserção de professores.

Por essa identificação resolvi escolher o tema deste memorial: Eu, Professora de creche.

Usado para designar as tarefas e sentimentos envolvidos nas ocupações voltadas à prestação de serviços pessoais, atividades relacionais, o “cuidado” parece significar, no âmbito do ensino regular inicial, a atenção do professor ou professora para aspectos não cognitivos do desenvolvimento de seus alunos (emocionais, éticos, físicos, sociais) e sua prática exige dele ou dela algum grau de envolvimento afetivo e compromisso com as crianças. (Carvalho, 2000, p.2).

Os laços afetivos criados com as crianças de creche são muito intensos. E, em muitas vezes, transcendem a relação professor-aluno.

A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.

O município de Hortolândia desenvolveu no ano de 2002, um projeto pedagógico que previa a inserção de professores nas salas de creche. O projeto visava a melhoria do sistema educacional nesse nível de ensino através cursos de aperfeiçoamento continuado para recreacionistas (auxiliares de creche) e professores.

É importante ressaltar que o berçário é parte integrante da creche, mas não conta com a inserção de professores no município.

O atendimento na creche no município vem, ao longo dos anos, contrariando algumas antigas estatísticas: de que as creches foram criadas para atender as camadas mais pobres da população, de que as crianças atendidas eram em sua maioria descendentes de afro-brasileiras, de que a prioridade é atender a mãe trabalhadora, de que existe escassez de recursos destinados à manutenção das salas, de que funcionam de modo precário, de que os educadores são despreparados e que ainda predomina o caráter assistencialista.

O crescimento do operariado, o começo de organização dos trabalhadores do campo para reivindicar melhores condições de trabalho, a incorporação crescente também de mulheres da classe média no mercado de trabalho e a redução dos espaços urbanos de brinquedo para as crianças, como os quintais e as ruas, fruto da especulação imobiliária, do agravamento do trânsito e da preocupação com a segurança, contribuíram para que a questão da creche fosse novamente defendida como instituição necessária a alguns segmentos sociais. (ROSEMBERG, 1999, p.48).

Pude observar esta nova concepção nos três anos em que trabalhei nas salas de creche. Onde constatei algumas características das crianças atendidas pelo município: em sua grande maioria eram brancas, de famílias de classe média baixa, das 24 crianças que freqüentavam a creche, aproximadamente três eram de descendência afro-brasileira e quatro crianças eu poderia classificar como pobres.

As salas de creche atendiam as crianças de um bairro central da cidade de Hortolândia. Em relação às mães, aproximadamente 30% eram as que efetivamente

trabalhavam. As demais deixavam a criança na creche por acreditarem no caráter educativo da instituição.

As mães estavam preocupadas com seus filhos e exigiam o bom atendimento das crianças na creche: condições para o bem estar da criança em seu período de permanência na creche e não mais um lugar onde são dadas apenas as condições mínimas de sobrevivência (alimentação, higiene e repouso). As mães estão conscientes de que a criança tem o direito de ser atendida com carinho e atenção e de receber subsídios que propiciem seu desenvolvimento. Este atendimento se configura como fator fundamental para o bom trabalho realizado na creche.

Quanto à manutenção das salas de creche, confesso que me surpreendi com a estrutura montada para atender as crianças: brinquedos adequados à faixa etária, maca para troca de fraldas, banheiro com plataforma para o banho, estoque de xampu, condicionador, toalhas, sabonetes, buchas, pentes, escovas de dente, creme dental e fraldas de reposição de vários tamanhos para uso exclusivo na creche.

O município também ministrava cursos de aperfeiçoamento exclusivos para os profissionais de creche.

Estes cursos contavam com a participação de recreacionistas, professores e tinha com objetivo a discussão de temas relacionados à creche, confecção de brinquedos com sucata, relato de situações do convívio entre funcionários, trocas de experiências, elaboração de atividades etc.

Mas é importante ressaltar que estes encontros não reuniam professores e recreacionistas. E por causa disso, acredito que estes cursos não conseguiram integrar e conscientizar significativamente estes dois seguimentos em relação ao trabalho desenvolvido na creche.

AS MÃES DE CRIANÇAS DE CRECHE

Para que haja uma compreensão significativa do contexto escolar da creche, acredito que é preciso fazer uma breve análise de como a infância é vista nos dias de hoje, fazendo um paralelo com o modo as crianças eram tratadas há três séculos atrás. Esta análise visa esclarecer a mudança historicamente constituída do comportamento dos pais em relação aos filhos, pois a tomada de consciência social sobre o significado da infância e o direito à educação da criança em seus primeiros anos de vida necessitam de um olhar especial, que levem em consideração a mudança da relação escola-família.

A história da creche está ligada as mudanças do papel da mulher na sociedade. A partir do momento em que as mulheres começam a assumir o trabalho fora de casa e passam a dividir a tarefa de educação dos filhos com outras pessoas, seja familiar ou não. Segundo Codo e Mello (1995, p. 178), "a creche é o desaguadouro institucional desse conflito entre a produção de mercadorias, o trabalho remunerado e alienado e a criação de nossos filhos, *locus* incontestado dos nossos afetos e culpas".

Atualmente o que se nota são uma série de transformações na constituição da família. Estas transformações se referem ao número de filhos, aumento do poder aquisitivo conquistado com o trabalho de dois mantenedores, a divisão de tarefas domésticas, a ausência dos pais em casa na maior parte do dia, a educação dos filhos a cargo de terceiros (empregadas), a mãe como chefe de família, a influência da mídia, a emancipação da mulher, a expansão do capitalismo, o aumento de consumo etc.

Tais transformações refletem na relação dos pais com as crianças, sobretudo nas relações mãe e filho.

Em casa a interação mãe-bebê é muito intensa nos primeiros anos de vida da criança. A mãe está se apropriando de novas experiências no cuidado da criança, em suas necessidades: amamentar, trocar fraldas, distinguir choros, acompanhar seu desenvolvimento, observar seu comportamento.

A criança, por sua vez, está se adaptando às condições extra-uterinas, adquirindo novas competências, ampliando sua rede de interações com outras pessoas, conhecendo espaços e rotinas.

Nesse contexto, a criança é introduzida na creche. A intimidade e exclusividade da relação mãe-filho no contexto familiar é substituída pela ambiente escolar. Onde a educadora passa a realizar na criança os cuidados que outrora era realizado pela mãe.

Todo este processo provocou inicialmente situações de grandes tensões entre nós professora, educadoras e os pais no período que constitui o de adaptação na creche. Tensões estas, relacionadas aos conceitos das obrigações da creche em relação à educação das crianças, a insegurança da mãe em deixar seu filho pequeno, o excesso de recomendações particulares da criança, a falta de confiança na instituição, as críticas em relação ao espaço físico etc.

Ao levar o bebê para creche, sentimentos contraditórios de culpa e alívio, apreensão e alegria estarão permeando as primeiras relações que a mãe estabelece na instituição. Grande parte das recomendações, reclamações e comentários das mães em relação aos cuidados de seus filhos na creche expressam estes sentimentos, principalmente por estarem dividindo com outras pessoas as suas responsabilidades de mães. Também não deixam de ser uma mesma maneira de algumas mães resistirem a esta divisão de responsabilidades.

(OLIVEIRA, 1992,p.78).

Confesso que o excesso de zelo e as recomendações dos pais em relação aos cuidados que eu deveria ter com seus filhos me irritavam profundamente. Afinal, eu tinha 25 alunos na sala e os pais insistiam que eu deveria dar prioridade às especificidades de seu filho, o que me parecia muito compreensível, mas difícil de realizar.

A mudança desse sentimento ocorreu por dois fatores que considero muito importantes em minha vida. O primeiro foi o nascimento de minha primeira filha Juliany e a necessidade de colocá-la na creche com quatro meses, dada a necessidade de trabalhar. Outro fator foi à tomada de conhecimento de como era tratada a infância há três séculos atrás, na disciplina “Educação da Criança de 0 a 06 Anos”.

No século XVIII o cuidado com a infância era praticamente inexistente. A criança, fruto de amores proibidos, filhos de mães muito pobres ou falecidas no parto, era enjeitada, não recebia assistência e era abandonada a própria sorte. O abandono feito por mães de altas camadas sociais era feito de modo velado: enviavam as crianças para serem cuidadas por amas de leite e na maioria das vezes não mais procuravam notícias de seu paradeiro.

Esta atitude comum na época era resultado do desejo que estas mães tinham de voltar a vida social rapidamente sem ter uma criança para atrapalhar.

Quanto ao ato do abandono, podia ser classificado em: “selvagem”, classificado a partir do local da exposição (em locais ermos, o que exporia essas crianças à morte certa) ou “civilizado” em hospitais, conventos, domicílios, cujas condições sanitárias eram tão precárias que não significava a sobrevivência dessas crianças. O destino da maioria das crianças enviadas às amas também não era diferente devido à extrema situação de pobreza destas mulheres.

As crianças que não conseguiam uma criadeira de leite para amamentá-la era inserida no processo de amamentação artificial, que se mostrava ineficaz naquela época:

Para se ter idéia do impacto produzido pela experiência de amamentação artificial, basta mencionar que a taxa de mortalidade do referido período atingiu o impressionante percentual de 906 em mil, ou seja, 90% das crianças assistidas faleceram. No Rio de Janeiro, o aleitamento artificial também conquistou adeptos entre os administradores da Casa da Roda. Em 1831, das 325 crianças que deram entrada na instituição e aí permaneceram por doze meses, apenas 22 sobreviveram.

(VENÂNCIO, 1997 p.213).

Das instituições, destacarei as Santas Casas de Misericórdia que recebia as crianças enjeitadas na Roda dos Expostos (dispositivo que consistia num cilindro que unia a rua ao interior da Santa Casa, onde as mães podiam deixar seu filho sem serem identificadas).

O nível de mortalidade nas instituições que cuidavam das crianças enjeitadas era muito grande devido à má alimentação e das condições precárias de higiene em que estas crianças tinham que enfrentar. Além disso, recrutavam mulheres miseráveis para cuidarem das crianças. Estas mulheres motivadas pelo retorno financeiro agiam com descaso e desleixo, e assim contribuía para aumentar ainda mais o número da mortalidade infantil.

Obrigados a recrutarem criadeiras por preço inferior ao comumente pago, os administradores e vereadores expunham os recém-nascidos à alimentação artificial. Para os casos de extrema necessidade, a legislação portuguesa previa a utilização de bom mel, ao qual se ajuntará um tanto de água. Os caldos quentes, leite de vaca ou mesmo a água com açúcar também podiam ser administrados aos pequerruchos.

(VENÂNCIO, 1997 p.196).

Olhando para a pequena Juliany não consigo imaginar como uma mãe pode abandonar o seu filho. Como um ser tão pequeno pode ter chances de sobreviver se não tiver alguém que zele por ele.

Ao colocar a Juliany na creche senti as mesmas angustias que as mães sentiam em deixar seus filhos: Será que vão cuidar bem dela? Será que vão alimentá-la? Dar-lhe água? Vão ser pacientes? As outra crianças vão gostar dela?

Por conhecer como a creche municipal está estruturada, decidi inserir minha filha em uma escola particular. Querer dar o melhor para seu filho e exigir que ele seja bem tratado não é excesso de zelo, mas sim uma forma de amenizar o turbilhão de inquietudes que tomam conta de nós (mães) ao deixar os cuidados de nossos filhos a cargo de outros.

Esta mudança de concepção de infância que observo hoje parece querer compensar o descaso da concepção de infância de outrora.

Embora considere prejudicial à criança o excesso de cuidados que muitas mães dedicam a seus filhos, confesso que prefiro esta nova concepção.

AS DIVERSAS LINGUAGENS

Salas de mini-grupo são constituídas de crianças muito pequenas (de um a dois anos) que ainda estão aprendendo a se relacionar com outras pessoas e desenvolvendo a capacidade de se comunicar com elas. Para esta comunicação, a linguagem oral ocupa um lugar de destaque. A maioria das crianças da creche procuram se comunicar oralmente e se esforçam muito para isto, mas o que geralmente conseguem são balbucios apressados e desconexos.

Observei que o desenvolvimento da linguagem oral também deve considerar, em seu cotidiano, se a criança é estimulada a se expressar. Geralmente o que se percebe é que as crianças preferem gesticular (apontar com o dedo o que querem) em vez de falar. Este comportamento é estimulado pelos pais que acreditam que a pouca idade dos filhos os impedem de realizar qualquer atividade sozinhos, inclusive falar. Mas essa não é a única forma de comunicação que as crianças utilizam.

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhes são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças utilizam as mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem idéias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva, as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e resignificação.

(RCNEI, MEC, 1999).

Penso que é preciso incentivar a criança a participar de todas as atividades propostas, principalmente as que envolvem brincadeiras dadas, é claro, as condições para essa participação: integração com as outras crianças, adultos com os quais convive e oportunidades para que ela possa se expressar (procurar ampliar cada vez mais as vivências da criança com o ambiente físico, com brinquedos, brincadeiras e com outras crianças). Pois, é relatando suas vivências, fazendo solicitações e observações, cantando, brincando etc que a criança é estimulada em sua capacidade construtiva e desenvolve suas diferentes linguagens (desenhar, pintar, modelar, recortar e colar, chorar, bater, rir, debochar, brincar, ouvir e contar histórias, cantar, dançar etc). Estas linguagens são produções, realizações das crianças vivenciadas no contexto escolar, nas interações com outras crianças, com os funcionários e com os educadores.

A CRIANÇA DE CRECHE

A criança quando ingressa nas salas de creche tem, em média, um ano de idade. Imagino como é difícil para a criança romper com os laços maternos de intimidade e exclusividade para passar aproximadamente dez horas em um ambiente estranho, com pessoas que não são familiares, com muitas outras crianças que como ela estão inseguras.

Esta é a fase que considero mais crítica: a adaptação à creche. Não só da criança, mas de todos envolvidos no processo: pais, crianças e educadores.

O comportamento das crianças na fase de adaptação pode variar muito. Algumas choram ininterruptamente contagiando as outras crianças, outras se mostram agressivas batendo e mordendo qualquer pessoa que se aproxima, outras ainda, indiferentes aos choros, querem explorar o ambiente mexendo em tudo.

Acredito que esta experiência inicial de adaptação desencoraja o educador e muitos desistem nesta fase. Confesso que o início do ano letivo é muito difícil. Eu também quis desistir quando me deparei com a situação descrita acima. Mas, resolvi persistir.

Percebi que, com o passar dos dias as crianças iam se acalmando e se interessando pelas diversas atividades que eu elaborei com tanto cuidado e que na fase de adaptação se mostraram tão ineficazes: histórias, jogos de encaixe, brincadeiras de roda, pinturas, mímicas, brinquedos, músicas etc. Compreendi que propor atividades interessantes e prazerosas constitui um estímulo importante para a permanência da criança na escola.

A insegurança, sentimento este que acompanha as crianças de creches nos primeiros meses de permanência na escola, reflete em algumas atitudes que considero importante ressaltar: a ausência, sobretudo da mãe, provoca na criança a necessidade de procurar pontos de apoio e de segurança. Estes pontos são variados e geralmente pertencem ao cotidiano da criança: a chupeta, o “paninho de cheirar”, travesseiros, mantas, bichos de pelúcia, brinquedos etc. O colo também é muito solicitado, pois representa um lugar seguro no mar se insegurança que as outras crianças representam.

Penso que é de extrema importância ao educador entender essa necessidade que as crianças tem de buscar pontos de apoio. Quando a criança estiver mais segura ir intervindo

junto à criança para que possa aos poucos ir mantendo os objetos de apoio na mochila a maior parte do tempo. E assim participar das atividades propostas.

Em relação ao colo, acredito que a negativa em dar esse ponto de apoio a criança não é a solução. É preciso conversar com a criança e convencê-la de que no colo ela não poderá brincar, explorar objetos, correr etc.

Os comportamentos arredios, o esquivo ao carinho, a cabeça baixa, o corpo encolhido, a imobilidade são demonstrações de insegurança e medo em relação às pessoas e ao ambiente. A percepção desses comportamentos eu só consegui apurar quando me foi proposto na faculdade a observação do ambiente e das pessoas. Pois, até então, a preocupação com o trabalho não me permitia ter esse olhar apurado.

Na disciplina “Pedagogia da educação”, eu li um texto de Fulvia Rosemberg (1999) que retratava o porque é tão difícil considerar e reconhecer a cultura infantil.

O texto destaca a educação como adequação da criança à vida em sociedade. Uma educação unívoca onde a relação adulto/criança está centralizada na preparação para o futuro, do vir a ser, desconsiderando a criança e suas especificidades de hoje, ou seja, a total desvalorização do movimento natural e espontâneo da criança em favor do conhecimento estruturado e formalizado.

A criança sempre foi considerada pela sociedade um ser inacabado e associal devido a sua fragilidade e dependência biológica ao nascer. A partir destas características da criança ao nascer é que se considerou que a educação devesse ensinar as crianças a se comportar em sociedade. Esta educação visa rotular, normalizar, disciplinar os comportamentos infantis, a fim de evitar manifestações espontâneas das crianças em sua fase reivindicativa que parece ser tão desagradável para os adultos.

A mera transmissão de cultura pelo adulto priva a criança de construir sua própria cultura, resignificando fragmentos culturais de seu contexto familiar (classe social, etnia, religião etc). É preciso romper com o conceito de que a criança pequena não é capaz de adquirir e produzir novos conhecimentos acerca de sua realidade, de produzir uma cultura própria.

No convívio com as crianças da creche observei que em determinados momentos, as crianças se mostram mais agitadas e choravam com frequência: na hora do banho, na hora da merenda e principalmente na hora do sono.

Procurando algumas respostas para este comportamento observei que a negativa de muitas crianças para tomar banho é porque elas têm medo da água que com frequência caía em seus olhos e do sabonete que ardia quando estas tentavam enxugá-los.

Em relação à merenda, observei que muitas crianças não estavam acostumadas a se alimentarem sozinhas e se negavam a comer se não tivesse alguém para dar-lhes a comida na boca, outras crianças estavam acostumadas a se alimentar apenas com a mamadeira e outras ainda, gostavam apenas de comer, doces, salgadinhos, refrigerante etc e se negavam a comer “arroz e feijão”.

O horário do sono coincidia com o horário da minha saída, mas a choradeira começava com a arrumação dos colchões. Acredito que as crianças tinham medo de dormir e perder a hora em que as mães viessem buscá-los. Isto porque algumas crianças me relataram esta preocupação que também estava associada a minha ausência.

Por serem tão diferentes e apresentarem comportamentos tão distintos, acredito que o sonho da classe homogênea não se aplica as salas de creche. Isto porque o processo de desenvolvimento de cada criança é único, ou seja, a individualidade nesta fase é tão evidente que não existem duas crianças com comportamentos iguais.

No capítulo 1 do livro *Creche: crianças faz de conta & cia* as autoras afirmam:

É discutir com o educador que trabalha com as crianças na creche o que seria uma pedagogia para esta instituição: seus objetivos, seus fundamentos, suas formas de realização. Para isso é preciso decidir que conceito de criança e que definição de Homem se está defendendo. Partimos de uma visão sócio-interacionista do desenvolvimento humano. Nessa visão o homem é um ser em constante mudança na interação que estabelece com seu meio, que é simbólico, histórico, portanto ideológico.

(OLIVEIRA, 1992,p.105).

O nível de desenvolvimento depende de muitos fatores: condições sociais da família, raça, clima, presença ou não de irmãos mais velhos etc. As variações individuais que as crianças apresentam são tão evidentes que apenas através da observação da criança no convívio com outras crianças que podemos encontrar características de seu desenvolvimento.

O RELACIONAMENTO COM AS RECREACIONISTAS

O trabalho na creche implica em conviver com outras pessoas que também estão inseridas no processo de ensino-aprendizagem. Na sala me acompanham duas ou três auxiliares (recreacionistas). Saber conviver com as diferenças e não se deixar abater por elas foi um desafio que tive que enfrentar.

No decorrer do curso de pedagogia, percebi o quanto as recreacionistas desconhecem profundamente as transformações sofridas nas relações sociais no âmbito escolar. Fazem seu trabalho de forma mecânica e pouco acreditam na melhoria das condições de trabalho (aumento salarial, diminuição do número de crianças por sala, material pedagógico, cursos de aperfeiçoamento e sobre tudo, reconhecimento de seu trabalho).

Na questão salarial, as auxiliares muitas vezes me disseram: “você é que tem sorte, trabalho pouco e ganha mais que a gente”. Este comentário se deve ao fato de que o professor recebe por quatro horas de trabalho aproximadamente um terço a mais do que as recreacionistas recebem por oito horas trabalhadas.

Neste aspecto, preciso destacar que para ocupar o cargo de recreacionista na creche no município não é necessária a formação em nível médio ou magistério. Embora tenha sido fornecido pelo próprio município o curso de magistério e muitas tenham concluído.

As recreacionistas também tiveram em 2005 a oportunidade de cursar o curso de Pedagogia PROESF (Programa Especial de Formação de Professores em Exercício da Região Metropolitana de Campinas) oferecido pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas).

Nenhuma recreacionista da escola fez a inscrição e eu quis saber de algumas o porquê: “acho que não consigo passar”, “tenho que cuidar de meus filhos”, “acho que não consigo acompanhar as matérias”, “não tenho ou não vou perder 50 reais”, “me disseram que o curso não é bom”, “já curso Pedagogia na rede particular”, entre outras respostas.

Ainda tentei persuadi-las a tentar cursar e assim garantir a possibilidade de mudança de cargo para professoras, mas foi em vão. Parece-me que elas estão muito acomodadas e

resistem aos cursos de aperfeiçoamento. Realmente não deu para entender: as recreacionistas reclamam tanto da profissão, mas quando tem uma oportunidade de mudança simplesmente não fazem sequer uma tentativa. É uma pena!

Como não tem perspectiva de mudança, fazem seu trabalho de maneira metódica. Cumprem as rotinas pré-determinadas e reclamam muito se precisam modificar os horários. Praticamente não participam das atividades propostas pela professora. Neste momento preferem fazer atividades paralelas: ler catálogos, conversar (atrapalhando a atividade), sair e tomar café em períodos prolongados, limpar o armário, folhear revistas etc.

Poucos foram os momentos em que me ofereceram ajuda para executar qualquer atividade com as crianças. Também não tinham o hábito de olhar e elogiar as produções das crianças. Poucas vezes se sentaram para cantar ou conversar com as crianças. As recreacionistas alegavam que era função do professor cuidar da parte pedagógica. A elas caberia apenas a tarefa de cuidar da higiene das crianças.

O professor, de acordo com FREIRE deve trabalhar seguindo concepções próprias, produzidas no decorrer de sua formação: “A segurança com que a autoridade docente se move implica em outra, a que se funda na sua competência profissional”(2002 p.102).

É interessante notar a dicotomia existente no âmbito escolar que define que "a professora que ensina" e "a recreacionista que cuida". As funções de educação estão presentes até nas orientações da direção da escola reafirmando a fala das recreacionistas. As práticas educacionais que reforçam a dualidade estão muito inculcadas e arraigadas nos profissionais de creche. É possível perceber que apenas os profissionais que continuam estudando ou fazem curso de aperfeiçoamento conseguem ter esta nova concepção educativa do trabalho na creche.

É preciso romper com essa dualidade, pois observei que a maioria das recreacionistas de creche acreditam que estão realizando um bom trabalho, assimilando a dicotomia cuidado–educação na sua prática diária como sendo ideal. Priorizam a higiene e a arrumação do ambiente e das crianças, mas encontram-se totalmente desvinculadas de uma proposta pedagógica que considere o cuidar e o educar como indissociáveis.

As auxiliares alegam que apenas o trabalho da professora é reconhecido pela direção da escola, pais e comunidade. Alegam ainda que qualquer problema relacionado a

acidentes, trocas e perdas de roupas, mordidas, reclamações das crianças etc, são atribuídos exclusivamente a elas.

Por estes motivos, senti como é grande a dificuldade das auxiliares receberem orientações da professora. Foi a primeira barreira que tive que transpor dada a minha formação em magistério e cursando pedagogia. Qualquer orientação era tida como ordem passível de ser questionada e não seguida. As recreacionistas alegavam que apenas a diretora da escola tinha autoridade sobre elas.

As intervenções feitas pelas recreacionistas em situações de conflito na sala (choro, brigas, mordidas, agressões, teimosia, manha etc) muitas vezes me pareceram inadequadas: broncas, castigos físicos, gritos e impaciência. E por mais que eu tentasse evitar, muitas vezes tive que interferir revogando as ordens dadas. Afinal estou lidando com crianças muito pequenas e não posso exigir que elas se comportem da maneira que os adultos consideram ideais.

Nestas situações ficava evidente a reprovação à minha conduta e aumentava mais o conflito entre nós educadoras.

Percebi que outra dificuldade que elas apresentam: o conceito muito arraigado de que a creche é (ainda) um direito da mãe trabalhadora (e não da criança) e que a rotina (horário de banho, parque, alimentação e sono) não podem ser mudadas ou substituídas por atividades secundárias. Não existe flexibilidade nos horários da rotina.

É preciso que os profissionais de educação infantil tenham acesso ao conhecimento produzido na área da educação infantil e da cultura em geral, para repensarem sua prática, se reconstruírem enquanto cidadãos e atuarem enquanto sujeitos da produção de conhecimento. E para que possam, mais do que “implantar currículos” ou “aplicar propostas” à realidade da creche/pré-escola em que atuam, efetivamente participar da sua concepção, construção e consolidação.

(KRAMER apud MEC/SEF/COEDI, 1996, p.19).

Este conceito já foi discutido nos cursos de aperfeiçoamento aqui no município, mas parece-me que não surtiu o efeito de conscientização necessário. A lei de 1988, na Nova

Constituição Federal define que: “a creche como instituição educativa, um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado”.

A negativa em aceitar esta resolução reflete, evidentemente no tratamento da criança. Em muitas ocasiões percebi o olhar recriminador para as mães que não trabalhavam e que vinham trazer as crianças de pijama e buscá-las com trajes de banho (piscina). Essas mães traziam as crianças nas situações mais adversas (tempestades, frio intenso, doentes) e muitas vezes declaravam que não suportavam a presença do filho em casa.

Mantive este olhar recriminador também. E por muito tempo. Até aprender aqui na faculdade na disciplina “Educação da Criança de zero a seis anos” que o profissional da creche deve se preocupar em atender a criança em todas as suas necessidades e não se preocupar com a vida dos pais fora do âmbito escolar. Reconheço que no princípio foi muito difícil ignorar os gestos e comportamentos negligentes dos pais em relação aos filhos (falta de materiais de higiene e fraldas, roupas sujas na mochila, toalha molhada e mofada, roupas extremamente curtas e decotadas, crianças doentes, piolho, maquiagem, crianças sujas, etc.). Depois fui aprendendo a orientar os pais quanto à necessidade de mudança desses comportamentos, garantindo assim uma permanência mais tranqüila da criança na unidade escolar e conseqüentemente uma relação mais harmoniosa entre pais e educadores.

O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.

Acredito que o desenvolvimento da autonomia constitui um dos princípios básicos da educação de crianças de creche.

Um fato chama atenção no relacionamento com as crianças: por não contarem com a ajuda das recreacionista as crianças desenvolvem mais rapidamente a sua autonomia. Exploram o ambiente e passam a fazer sozinhas o que antes precisavam da ajuda constante do adulto: lavar as mãos, se alimentar, despir-se e vestir-se, organizar os brinquedos, ir ao banheiro, utilizar materiais diversificado etc.

Para potencializar este desenvolvimento é preciso organizar o espaço e o tempo da creche de modo que o a criança consiga se adaptar e conviver, como se a creche fosse a extensão de casa. Como afirma FARIA: a organização do espaço físico das instituições de educação infantil deve levar em consideração todas as dimensões humanas potencializadas nas crianças: o imaginário, o lúdico, o artístico, o afetivo, o cognitivo etc (2000, p.74).

Por este motivo considero tão importante elaborar atividades que estejam vinculadas ao cotidiano das crianças, as atividades que elas estão mais familiarizadas, as histórias que mais gostam, os brinquedos preferidos, as brincadeiras de rua ou de dentro de casa, os desenhos que assistem, se possuem bicicleta ou triciclo, se brincam com amigos ou sozinhas etc.

Em estudos realizados sobre aprendizagem e desenvolvimento infantil, afirma que quando a criança chega à escola, traz consigo toda uma pré-história, construída a partir de suas vivências, grande parte delas através da atividade lúdica.

(NEGRINE, 1994, p.20).

Constatai que as crianças pequenas não se interessam quando precisam trabalhar sentadas, desenhando ou pintando em papéis pequenos. O que elas realmente gostam é de atividades que envolvam movimento, música, sons, cores, brinquedos etc.

Neste sentido pretendo listar algumas atividades e brinquedos que deram certo nas salas de creche: músicas cantadas e rítmicas, brinquedos sonoros (chocalhos, bandinha, caixinha de música, brinquedos com guizo), jogos de encaixe, bolas de diversos tamanhos,

bexigas, livros de pano, animais de brinquedo, panelinhas, baú do faz-de-conta (roupas, sapatos, chapéus, bolsas, maquiagem, fantasias etc), brinquedos de empilhar, minhocão, piscina de bolinhas, brinquedos desmontáveis com peças grandes, livros com figuras grandes, caixas para empurrar e entrar dentro, cavalinho de pau, telefones, brincadeiras frente ao espelho, carrinhos, bonecas, brinquedos de água e areia, bolinha de sabão, manipulação de diversos tipos de papéis, desenho com giz de lousa no chão, desenho com gizão de cera, tinta guache, triciclos. Brincadeiras: vivo-morto, brincadeiras de roda, virar cambalhotas no colchão, dança de ritmos diversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No curso de pedagogia compreendi que a criança é um ser único, dotado de particularidades, habilidades e necessidades.

Um ser global que deve ser tratado e cuidado em suas especificidades (culturais, históricos, cognitivos, e sociais) e ter seu desenvolvimento estimulado em um ambiente educativo rico. Um ser que mesmo convivendo com a coletividade, deve ter sua individualidade, dignidade e alteridade respeitada.

No processo da educação infantil o papel do professor é de suma importância, pois é ele quem cria os espaços, disponibiliza materiais, participa das brincadeiras, ou seja, faz a mediação da construção do conhecimento.

As creches que sempre consideraram a homogeneidade como condição fundamental precisa mudar os seus conceitos em relação à coletividade infantil.

A inserção de professores na sala de creche constitui um indicativo de mudança desse conceito. A creche começa a ser considerada como um espaço educativo e não mais um local de acolhimento e cuidado dos filhos das mães trabalhadoras. Mas ainda há muito o que se fazer. A questão que considero fundamental nesse processo é a divisão de tarefas entre professores e recreacionistas no processo educativo: não se pode, definitivamente separar o corpo da cabeça, ou seja, não se pode designar a pessoas diferentes o cuidado com o corpo e o educar. Cuidado e educação são elementos indissociáveis.

Neste sentido, acredito que as recreacionistas devem ser valorizadas pela função que cumprem e que os professores devem parar de achar que trocar fraldas não é trabalho de quem tem curso superior. Pois, ao escolher o trabalho na creche, o professor deve considerar as especificidades das crianças nesta faixa etária, ou seja, deve estar consciente que irá sim conviver com choros, fraldas sujas, vômitos, manhas, agressividade e inadequação (por parte das crianças) as regras pré-estabelecidas pela sociedade como ideais para o convívio na coletividade.

Penso que a ação pedagógica neste nível de ensino deve contar com pessoas conscientes de sua função educativa, envolvidas e comprometidas em cuidar e educar

simultaneamente. Em uma relação assegurada na afetividade. Pessoas que atuam diretamente com crianças pequenas devem ser instruídas a serem observadoras, que eduquem através do toque, da palavra, do acolhimento, do olhar, das interações, do movimento, etc, que consigam ver nos pequenos gestos o desenvolvimento da criança. Que consigam integrar o educar e o cuidar no tratamento diário com as crianças de modo sensível e dinâmico.

A relação entre educadores e a criança deve ter comprometimento, prazer, alegria e bem estar de ambos. A criança tem que se sentir parte deste novo grupo, tendo a oportunidade de formar a sua personalidade, tendo assegurado o seu direito de ser único. Dotado de capacidades e direitos. Um ser que é e não em vir a ser.

Compreendi que na relação com crianças muito pequenas, o conhecimento nos humaniza, nos torna sensível e muda o nosso olhar para nossa realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ARIÈS, Philippe *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.
- CARVALHO, Marília. *No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. São Paulo: Xamã, 1999.S.P. Paz & Terra. Ed. 21.
- CERISARA, Ana. *Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil?* In *Revista Perspectiva*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, nº especial, dez, 1999.
- CODO, W.,& MELLO,A. M. DE A. (1995). *Relações creche-família*. In W. Codo & J. J. C. Sampaio, *Sofrimento psíquico nas organizações: saúde mental e trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- FARIA, Ana Lúcia G.e Palhares, Marina (org). *Educação infantil pós-LDB*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz & Terra, 2002, 21 Edição.
- KRAMER, Sonia. *Currículo de Educação Infantil e a Formação dos Profissionais de Creche e Pré-escola: questões teóricas e polêmicas*. In: MEC/SEF/COEDI. *Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil*. Brasília-DF. 1994.
- NEGRINE, Airton. *Aprendizagem e desenvolvimento infantil*. Porto Alegre: Prodil, 1994.
- OLIVEIRA, Zilma M. R. *Creches: crianças, faz-de-conta & cia*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ROSEMBERG, Fúlvia. *Expansão da educação Infantil e processos de exclusão*. In *Cadernos de Pesquisa*: São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Ed: Autores Associados, julho 1999.
- _____. *Educação Formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo*. In *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis: Ed. Mulheres. Vol 9, n 2, 2001.